



## **FUNDAÇÃO ANDRÉ MAGGI**

CNPJ:01.832.808/0001-06

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 28 de fevereiro de 2014.

**Maria de Fátima Maggi Ribeiro**  
Presidente do Conselho Diretor

**Juliana de Lavor Lopes**  
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor

## Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais – R\$)

				2013	2012					2013	2012
<b>ATIVO</b>						<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>		Nota Explicativa				<b>CIRCULANTE</b>		Nota Explicativa			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5		3.819.215,22	3.189.954,45		Fornecedores	9		8.787,41	38.933,22	
Outros Créditos	6		4.467,17	9.887,80		Obrigações Trabalhistas e Sociais	9		54.738,60	30.061,14	
Estoques	7		147.588,39	244.914,43		Obrigações Fiscais	9		303,65	80,20	
<b>Total do Ativo Circulante</b>			<b>3.971.270,78</b>	<b>3.444.756,68</b>		<b>Total do Passivo Circulante</b>			<b>63.829,66</b>	<b>69.074,56</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Imobilizado	8		974.042,52	1.048.032,61		Patrimônio Social	10		4.417.074,01	3.866.241,87	
Intangível	8		499,19	7.834,38		Superávit do Exercício	12		450.386,92	550.832,14	
						Ajuste de Avaliação Patrimonial	11		14.521,90	14.475,10	
<b>Total do ativo não circulante</b>			<b>974.541,71</b>	<b>1.055.866,99</b>		<b>Total do Patrimônio Líquido</b>			<b>4.881.982,83</b>	<b>4.431.549,11</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>4.945.812,49</b>	<b>4.500.623,67</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>4.945.812,49</b>	<b>4.500.623,67</b>	

## Demonstração do Resultado do Período Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais – R\$)

		2013	2012
	Nota Explicativa		
<b>Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)</b>		<b>3.103.505,20</b>	<b>2.946.969,88</b>
(-) Deduções da Receita Bruta		--	--
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>3.103.505,20</b>	<b>2.946.969,88</b>
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		<b>2.513.573,38</b>	<b>2.301.814,06</b>
<b>Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e NBC T 10.19)</b>		<b>589.931,82</b>	<b>645.155,82</b>
<b>(-) Despesas de Custeio</b>		<b>139.544,90</b>	<b>94.323,68</b>
Gerais e Administrativas		<b>223.123,03</b>	<b>147.287,21</b>
Depreciações e Amortizações	4	<b>144.513,42</b>	<b>137.390,53</b>
Resultado Financeiro Líquido	8	228.091,55	190.354,06
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>		<b>450.386,92</b>	<b>550.832,14</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

### Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais – R\$)

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>4.526.170,02</b>	<b>0,00</b>	<b>659.928,15</b>	<b>60.864,51</b>	<b>4.587.034,48</b>
<b>Transferência para Superávit/Déficit Acumulados</b>		<b>-659.928,15</b>	<b>0,00</b>	<b>659.928,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit do Exercício de 2012		--	--	550.832,14		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11	--	--	--	-46.389,41	-46.389,41
Transferência para Patrimônio Social		0,00	0,00	--	--	--
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>3.866.241,87</b>	<b>0,00</b>	<b>550.832,14</b>	<b>14.475,10</b>	<b>4.431.549,11</b>
<b>Transferência para Superávit/Déficit Acumulados</b>		<b>550.832,14</b>	<b>0,00</b>	<b>-550.832,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit do Exercício de 2013		--	--	450.386,92		450.386,92
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	--	--	--	46,80	46,80
Transferência para Patrimônio Social	11	0,00	0,00	--	--	--
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>4.417.074,01</b>	<b>0,00</b>	<b>450.386,92</b>	<b>14.521,90</b>	<b>4.881.982,83</b>

## Demonstração do Valor Adicionado

### Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais – R\$)

(Em R\$)		2013	%	2012	%
	Nota Explic				
<b>1. RECEITAS</b>		<b>3.389.296,44</b>		<b>3.183.586,79</b>	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	19	3.052.285,82		2.880.689,28	
Outras Receitas		512.19,38		66.280,60	
Receitas Financeiras		285.791,24		236.616,91	
Receitas Não Operacionais		0,00		0,00	
<b>2. CUSTOS DE PRODUÇÃO</b>		<b>0,00</b>		<b>104.721,72</b>	
Custos de Produção Bebidas a Base de Soja		0,00		102.288,69	
Custos de Produção Derivados de Soja		0,00		2.433,03	
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>3.389.296,44</b>		<b>3.078.865,07</b>	
<b>RETENÇÕES</b>		<b>144.513,42</b>		<b>137.390,53</b>	
Depreciação e Amortização	8	144.513,42		137.390,53	
<b>4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>3.244.783,02</b>		<b>2.941.474,54</b>	
<b>5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		0,00		0,00	
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>3.244.783,02</b>		<b>2.941.474,54</b>	
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>3.244.783,02</b>	<b>100</b>	<b>2.941.475,54</b>	<b>100</b>
Despesas com Pessoal		731.463,17	22,54	562.380,53	19,12
Serviços de Terceiros		757.113,68	23,33	783.411,17	26,63
Encargos e Tributos de Terceiros		4.250,08	0,13	9.360,08	0,32
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		323.669,51	9,98	415.682,29	14,13
Apoio, Parceria Continua a Instituições		358.004,11	11,03	110.543,54	3,76
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FAM		163.575,71	5,04	131.174,31	4,46
Despesas de Viagens		175.497,12	5,41	184.540,42	6,27
Despesas Administrativas		175.449,19	5,41	118.309,35	4,02
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		10.158,22	0,31	11.681,54	0,40
Despesas Financeiras		57.699,69	1,78	46.262,85	1,57
Despesas com Seguros		14.410,24	0,44	15.191,05	0,52
Outras Despesas		23.105,38	0,71	2.105,27	0,07
<b>SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>450.386,92</b>	<b>13,88</b>	<b>550.832,14</b>	<b>18,73</b>

**Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais – R\$)**

		2013	2012
<b>1. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
	Nota Explicativa		
<b>Superávit do Exercício</b>			
Superávit/Déficit do Exercício	12	450.386,92	550.832,14
(+) Depreciação e Amortização	8	144.513,42	137.390,53
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial		46,80	(46.389,41)
(+/-) Imobilizado - ajuste	8	(46,80)	-
<b>Superávit do Exercício Ajustado:</b>		<b>594.900,34</b>	<b>641.833,26</b>
<b>Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC</b>			
(+/-) Estoques	7	97.326,04	(127.718,04)
(+/-) Créditos a Receber	6	-	48.788,47
(+/-) Despesas Antecipadas	6	5.420,63	1.032,69
<b>Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC</b>		<b>102.746,67</b>	<b>(77.896,88)</b>
<b>Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC</b>			
(+/-) Fornecedores	9	(30.145,81)	(4.020,92)
(+/-) Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	9	389,43	131,65
(+/-) variação da Provisão de Férias e Encargos	9	24.288,03	1.188,15
(+/-) Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	9	223,45	50,03
<b>Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC</b>		<b>(5.244,90)</b>	<b>(2.651,09)</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>692.402,11</b>	<b>561.285,29</b>
<b>2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
(+/-) Investimentos			
(+/-) Imobilizado - adições	8	(63.421,84)	(117.651,89)
(+/-) Imobilizado - baixas	8	280,50	36.578,12
(+/-) Intangível	8		7.334,76
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(63.141,34)</b>	<b>(73.739,01)</b>
<b>3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
(+/-) Empréstimo Bancário		-	-
(+/-) Financiamentos Bancários		-	-
(+/-) Capital Social		-	-
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2 + 3)</b>		<b>629.260,77</b>	<b>487.546,28</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>			
Saldo no Início do Exercício	5	3.189.954,45	2.702.408,17
Saldo no final do Exercício	5	3.819.215,22	3.189.954,45

---

## **Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis**

### **Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em reais – R\$)**

---

#### **1. Contexto Operacional**

A Fundação André Maggi é uma instituição sem fins lucrativos, criada em Assembleia Geral realizada em 17 de fevereiro de 1997, sua escritura pública de constituição foi lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros da Comarca de Tangará da Serra/MT, sob o nº 440, folha 236 do Livro A-3, em 07 de março de 1997. Seu foco de atuação esta direcionado para a promoção do desenvolvimento social, atuando, prioritariamente, em parceria com instituições nacionais e internacionais nestes projetos. Possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005.

São finalidade estatutária, conforme artigo 6:

- I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral.
- III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social.
- IV. Promover a defesa, preservação, conservação e recuperação do Meio Ambiente;
- V. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- VI. Promover ações de proteção e promoção da família;
- VII. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias de colaboração ou instrumentos de ajustes de colaboração ou convênios ou contratos, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos, científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos;

#### **2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 – NBCT – 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem

finalidade de lucros.

### 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- c) **Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)** – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se às peças de manutenção e reposição que estão e produtos para doação (suco e extrato de soja) até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de R\$ 147.588,39 (Cento e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.
- d) **Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- e) **Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em

decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

- f) **Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- g) **Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- h) **Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- i) **As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- j) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- k) **Estimativas contábeis** – A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2013	2012
Caixa	11.981,64	6.498,36
Bancos-Conta Movimento	35.389,74	96.699,69
Aplicações Financeiras	3.771.843,84	3.086.756,40
<b>Saldos Totais em Reais</b>	<b>3.819.215,22</b>	<b>3.189.954,45</b>

## 6. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2013	2012
Despesas Antecipadas	4.467,17	9.887,80
<b>Saldos Totais em Reais</b>	<b>4.467,17</b>	<b>9.887,80</b>

## 7. ESTOQUES (Resolução CFC No. 1.170/09 NBC TG 16)

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado. A composição dos estoques é a seguinte:

Descrição	2013	2012
<b>Estoques</b>	<b>147.588,39</b>	<b>244.914,43</b>
Estoque Peças de Manutenção e Reposição	5.987,43	9.171,32
Estoque Produto para Doação	141.600,96	193.970,88
Estoque de Materias Primas e Insumos	0,00	19.613,04
Estoques de Embalagens	0,00	19.347,04
Estoque Materiais Higienização e Limpeza	0,00	2.812,15

## 8. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei 11.638/07, Deliberação CVM 583/2009, Deliberação CVM 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27 e Resolução do CFC Nº 1.330/10, NBC TG 04).

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2013	2012
Terrenos	7	N/A	39.195,28	39.195,28
Edificações	3	4% a.a	699.637,88	699.637,88
Máquinas e Equipamentos	109	10% a.a	588.056,38	587.108,27
Equipamentos de Informatica	56	10% a.a	162.371,62	102.553,89
Móveis e Utensilios	132	10% a.a	76.740,94	74.084,94
Veículos	2	20% a.a	83.361,33	83.361,33
Equipamentos Audiovisuais	98	10%a.a	82.808,07	83.282,12
(-)Depreciação Acumulada			-758.128,98	-621.191,10
<b>Imobilizado líquido,em reais</b>			<b>974.042,52</b>	<b>1.048.032,61</b>

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2013	2012
Software	14	20% a.a	36.673,76	36.673,76
(-) Amortização Acumulada			-36.174,57	-28.839,38
<b>Imobilizado líquido,em reais</b>			<b>499,19</b>	<b>7.834,38</b>

**Total do Ativo Não Circulante** **974.541,71** **1.055.866,99**

## 9. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:



<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.</b>	<b>8.787,41</b>	<b>38.933,22</b>
Fornecedores	8.787,41	38.933,22
<b>Obrigações Trabalhista e Sociais</b>	<b>20.152,23</b>	<b>19.762,80</b>
FGTS	796,23	1.117,24
INSS	16.965,28	17.468,38
PIS	793,39	329,75
IRRF	1.597,33	847,43
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>303,65</b>	<b>80,20</b>
IRRF	288,29	46,66
Iss a Recolher	15,36	33,54
<b>Provisões Trabalhistas</b>	<b>34.586,37</b>	<b>10.298,34</b>
Férias	25.282,59	7.528,11
Encargos sobre Férias	9.303,78	2.770,23
<b>Total em reais</b>	<b>63.829,66</b>	<b>69.074,56</b>

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício de R\$ 450.386,92 (Quatrocentos e cinquenta mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

## 11. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são atribuídos aos elementos: - Ativos Circulantes: Estoques – Foram detectados pelos controles gerenciais diferenças entre o saldo contábil e valor físico em estoque, referente a exercícios anteriores.

## 12. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2013 foi de R\$ 450.386,92 (Quatrocentos e cinquenta mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos) é consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14, que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 - NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

## 13. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as

seguintes:

<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Imobilizado – Adições	-63.421,84	-117.651,89
Imobilizado – Baixas	280,50	36.578,12
Intangível	0,00	7.334,76
<b>TOTAL</b>	<b>-63.141,34</b>	<b>-73.739,01</b>

#### **14. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)**

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

#### **15. COBERTURA DE SEGUROS**

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

<b>Modalidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor Segurado</b>
Edificações	519.071,12	1.850.000,00
Veículos	2.325,25	mercado

#### **16. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM No. 527, Resolução 1.292/10 que aprova (NBC TG 01). Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2013), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração para efetuar esse TESTE avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2010, 2011 e 2012) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2013) e projeções futuras (2014, 2015 e 2016).

Concluimos que ambos os métodos ou critérios tanto pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

#### **17. AJUSTE A VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No. 1.151/09 (NBC TG 12))**

Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

## 18. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 11.096/06 e Lei No. 12.101/09 e Decreto 7.237/10.

## 19. DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º, conforme demonstrativo em anexo:

Exercício	Valor Recebido
2013	3.052.285,82
2012	2.880.689,28
TOTAL	5.932.975,10

## 20. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”. Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2013	2012
3.1.02	Outras Receitas	51.219,38	66.280,60
4.2	Outras Despesas	23.105,38	2.105,27

## 21. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ MAGGI

Em 2013, através dos recursos financeiros captados do setor privado a Fundação atingiu os seus objetivos desenvolvendo diversos programas, projetos e ações. Destacamos os seguintes projetos sociais:

(i) Complementação Alimentar - A bebida que era produzida e distribuída de forma líquida, depois de 3 anos de análise, mudou para o formato em pó, em 2013 o principal desafio foi a implantação do novo formato.

(ii) Seleção Publica de Projetos Sociais – Em 2013 foram aprovados e acompanhados 12 projetos;

(iii) Manutenção dos projetos culturais nos Estados de Mato Grosso e Amazonas dentre eles: o Programa de Formação de Jovens Bailarinos da Fundação André Maggi, Casa Maggica e o Centro Cultural Velha Serpa;

(iv) Manutenção do Núcleo Social para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local os projetos: Cozinha Experimental, Parceiras Contínuas e Produtores Responsáveis Aumentam Desenvolvimento Local;

(v) Manutenção do Programa de Apoio a Instituições Sociais (pequenos apoios concedidos para projetos sociais dos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Pará, Amazonas e Paraná).

No que se refere ao custeio dessas ações, destacamos as seguintes aplicações:

Descrição	2013	2012
<b>FUND. ANDRE MAGGI - MATRIZ</b>	<b>1.973.215,44</b>	<b>1.760.717,78</b>
Administrativo	521.344,29	309.650,86
Programa Formação Jovens Bailarinos	144.606,90	174.905,48
Apae Rondonópolis	18.295,94	33.502,02
Creches Rondonópolis	8.831,48	25.414,56
Seleção Publica De Projetos	423.421,42	359.217,72
Programa Apoio Instituições Sociais	41.428,36	41.360,05
Ações Pontuais	11.846,31	2.000,00
Casa Maggica	564.701,59	430.830,81
Produtores Responsaveis Aumentam Desenvolvimento Local	238.739,15	383.836,28
<b>FUND. ANDRE MAGGI - ITACOATIARA</b>	<b>576.365,24</b>	<b>542.247,58</b>
Complementação Alimentar	295.602,46	305.621,70
Centro Cultural Velha Serpa	280.762,78	48.253,93
Parceria com CENPEC - Centro de Estudos e Pesq.em Educ., Cult. e Ação Comunitária	0,00	188.371,95
<b>FUND. ANDRE MAGGI - RONDONOPOLIS</b>	<b>331.776,38</b>	<b>314.793,06</b>
Complementação Alimentar	303.758,92	275.171,80
Cozinha Experimental	28.017,46	39.621,26
<b>FUND. ANDRE MAGGI - SAPEZAL</b>	<b>57.552,46</b>	<b>14.996,23</b>
Usina de Bebida de Soja	0,00	3.690,03
Parcerias Contínuas	57.552,46	11.306,20
<b>Totais em Reais</b>	<b>2.938.909,52</b>	<b>2.632.754,65</b>

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2013.

**Maria de Fátima Maggi Ribeiro**  
Presidente do Conselho Diretor

**Juliana de Lavor Lopes**  
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor

**Carla Regina Busanello de Meira**  
Contadora - CRC-MT 011288/O-1